# INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PRIVADA, DA PARÁ I ARRENDAMENTO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS S.A.

# entre

# PARÁ I ARRENDAMENTO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS S.A.

***como Emissora,***

**e**

**[●],**

***como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas,***

**e, ainda**

**GENSOLARIS ARRENDAMENTO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS S.A.,**

**MES ENERGIA – SOLUÇÕES EM ENERGIAS ALTERNATIVAS**

**RENOVÁVEIS LTDA.,**

**GRUPO ENERGIA – ENGENHARIA, CONSULTORIA, GERENCIAMENTO E OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE USINAS LTDA.,**

**SPECTRUM ENERGY PARTNERS CONSULTORIA EIRELI, e**

**e**

**MÁRCIO PAULO ARRUDA FIUZA**

***como Fiadores***

**Datado de [●] de [●] de 2020**

# INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PRIVADA, DA PARÁ I ARRENDAMENTO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS S.A.

Pelo presente instrumento particular,

**PARÁ I ARRENDAMENTO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS S.A.]**, sociedade anônima com sede na cidade de Marabá, Estado do Pará, na Folha 15, Quadra 4, Lote 37, Nova Marabá, CEP 68510-340, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 33.600.118/0001-00, inscrita na Junta Comercial do Estado do Pará (“JUCEPA”) sob o NIRE 15300020221 neste ato representada na forma de seu estatuto social por seus diretores, Srs. Roberto Ueno, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG n.º 23.654.484-6 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n.º 262.124.608-76, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Morais de Barros, 960, apto. 162, Torre I, CEP 041641-001, e Rubens Brandt, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG n.º 18.759.037-0 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n.º 253.748-468-17, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itacema, 97, apto. 61, CEP 04530-050 (“Emissora”); e

**[NOME],** instituição financeira com sede na cidade de [●], Estado de [●], na [endereço completo], inscrita no CNPJ/ME sob o n.º [●], neste ato representada na forma de seu [contrato/estatuto] social por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Agente Fiduciário”), na qualidade de representante dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definido) (“Debenturistas”);

e, ainda, na qualidade de intervenientes anuentes,

**GENSOLARIS ARRENDAMENTO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS S.A.**, sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Sampaio Vida, 1.032, parte, Jardim Paulistano, CEP 01443-001, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 25.076.460/0001-24, neste ato representada na forma de seu estatuto social por seus diretores, Srs. Roberto Ueno e Rubens Brandt, acima qualificados (“Gensolaris”);

**MES ENERGIA – SOLUÇÕES EM ENERGIAS ALTERNATIVAS RENOVÁVEIS LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Xingu, 350, 23.º andar, conjunto 3, Alphaville, CEP 06455-911, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 12.551.667/0001-61, neste ato representada na forma de seu contrato social por seu administrador, João Júnior Alves Rodrigues, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG n.º 12.428.067 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n.º 362.651.791-87, residente e domiciliado na cidade de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo, na Avenida Jequitiba, 246, Residencial Melvile, CEP 06543-225 (“MES Energia” e, em conjunto com a Gensolaris, os “Acionistas”)

**GRUPO ENERGIA – ENGENHARIA, CONSULTORIA, GERENCIAMENTO E OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE USINAS LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Sampaio Vidal, 1032, Jardim Paulistano, CEP 01443-001, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 07.080.298/0001-36, neste ato representada na forma de seu contrato social por seu [cargo], [Nome], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da cédula de identidade RG n.º [●] [órgão expedidor], inscrito no CPF/ME sob o n.º [●], residente e domiciliado na cidade de [●], Estado de [●], na [endereço completo] (“Grupo Energia”);

**SPECTRUM ENERGY PARTNERS CONSULTORIA EIRELI**, empresa individual de responsabilidade limitada com sede na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Avenida Copacabana, 71, unidade 07, sala 07, Jardim Professor Benoa, CEP 06502-001, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 04.813.869/0001-06, neste ato representada na forma de seu contrato social por seu [cargo], [Nome], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da cédula de identidade RG n.º [●] [órgão expedidor], inscrito no CPF/ME sob o n.º [●], residente e domiciliado na cidade de [●], Estado de [●], na [endereço completo] (“Espectrum”);

**MÁRCIO PAULO ARRUDA FIUZA**, [brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG n.º 49.999 (SSP/MG), inscrito no CPF/ME sob o n.º 500.159.906-72, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua João Cachoeira, nº 1577, apt. 69 (“Marcio” e, em conjunto com os Acionistas, o Grupo Energia e a Espectrum, os “Fiadores”),

(Emissora, Agente Fiduciário e Fiadores doravante denominados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”.)

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Privada, da Pará I, Arrendamento de Sistemas Fotovoltaicos S.A.” (“Escritura de Emissão”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. **AUTORIZAÇÃO**
	1. (i) A primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única (“Emissão”), nos termos dos artigos 52 a 74 da lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e (ii) a outorga das Garantias (abaixo definido) são realizadas com base nas seguintes deliberações:
2. assembleia geral extraordinária de acionistas da Emissora, realizada [nesta data/em [data]], (“AGE da Emissora”), que aprovou as condições da Emissão das Debêntures e da outorga da Cessão Fiduciária em Garantia (abaixo definido), bem como autorizou a administração da Emissora a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ali consubstanciadas, incluindo a celebração de todos os documentos necessários à concretização da Emissão;
3. assembleia geral extraordinária de acionistas da Gensolaris, realizada [nesta data/em [data]], (“AGE da Gensolaris”), que aprovou a outorga da Alienação Fiduciária em Garantia (abaixo definido) e da Fiança (abaixo definido);
4. [reunião de sócios / deliberação unânime de sócios] da MES - Energia, realizada [nesta data/em [data]], (“[RS/DUS] da MES - Energia”), que aprovou a outorga da Alienação Fiduciária em Garantia e da Fiança;
5. [reunião de sócios / deliberação unânime de sócios] do Grupo Energia, realizada [nesta data/em [data]], (“[RS/DUS] do Grupo Energia”), que aprovou a outorga da Fiança; e
6. deliberação unânime de sócia da Spectrum, realizada [nesta data/em [data]], (“DUS da Spectrum” e, em conjunto com a AGE da Emissora, a AGE da Gensolaris, a [RS/DUS] da MES – Energia e a [RS/DUS] do Grupo Energia, as “Aprovações Societárias”), que aprovou a outorga da Fiança.
7. **REQUISITOS E CONDIÇÕES SUSPENSIVAS**

A Emissão e a outorga das Garantias produzirão efeitos somente após a satisfação dos seguintes requisitos, os quais serão observados às custas exclusivas da Emissora:

* 1. **Dispensa de Registro na CVM na ANBIMA**.
		1. A presente Emissão não será registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, (“ANBIMA”) tendo em vista que as debêntures objeto da presente Emissão serão distribuídas de forma privada, sem qualquer esforço de venda por instituição financeira integrante do sistema de distribuição perante investidores.
	2. **Registro na Junta Comercial e Publicações das Aprovações Societárias**. Nos termos do artigo 62, inciso I, e do artigo 289 da Lei das S.A.:
1. a ata da AGE da Emissora será devidamente registrada na JUCEPA e publicada no Diário Oficial do Estado do Pará e no jornal Amazônia.
2. a ata da AGE da Gensolaris será devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal
3. a ata da [RS/DUS] da MES – Energia será devidamente registrada na JUCESP
4. a ata da [RS/DUS] do Grupo Energia será devidamente registrada na JUCESPe
5. a ata da DUS Spectrum será devidamente registrada na JUCESP.
	* + 1. A Emissora, a Gensolaris, a MES – Energia, o Grupo Energia ou a Spectrum, conforme o caso, deverá (i) protocolar sua respectiva Aprovação Societária na junta comercial competente no prazo de até [5 (cinco) Dias Úteis] (conforme definido abaixo) contados da respectiva data da Aprovação Societária; e (ii) cumprir tempestivamente todas as eventuais exigências adicionais formuladas pela junta comercial para deferir o registro no prazo estabelecido na Medida Provisória n.º 931, de 30 de março de 2020 (“MP 931/2020”), observado disposto na Cláusula 4.8.
	1. **Registro da Escritura de Emissão na JUCEPA e no Registro de Títulos e Documentos**.
		1. *JUCEPA.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3.º, da Lei das S.A., a presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser registrados na JUCEPA. A Emissora obriga-se a protocolar esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos para registro na JUCEPA no prazo de até [5 (cinco) Dias Úteis] contados da respectiva data de celebração.
			1. A Emissora deverá (i) protocolar a Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos para registro na JUCEPA no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados sua celebração; e (ii) cumprir tempestivamente todas as eventuais exigências adicionais formuladas pela JUCEPA para deferir o registro no prazo estabelecido na MP 931/2020, observado disposto na Cláusula 4.8.
		2. *Registro de Títulos e Documentos*. Em virtude da Fiança (abaixo definido) prestadas pelos Fiadores, nos termos da presente Escritura de Emissão, a Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados no Registro de Títulos e Documentos da cidade São Paulo, Estado de São Paulo e no Registro de Títulos e Documentos da cidade de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo.
			1. A Emissora deverá (i) protocolar a Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos para registro perante os Registros de Títulos e Documentos competentes no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do registro da Escritura de Emissão na JUCEPA; (ii) cumprir tempestivamente todas as eventuais exigências adicionais formuladas pelos Registros de Títulos e Documentos para deferir o registro no prazo de até [20 (vinte)] dias contado da data do respectivo protocolo inicial; e (iii) encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do documento devidamente registrado, no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contado da data do respectivo registro.
	2. **Constituição das Garantias Reais**. Nos termos do artigo 62, inciso III, e do artigo 40, inciso I, da Lei das S.A.:
6. o Contrato de Cessão Fiduciária (abaixo definido) será registrado no Registro de Títulos e Documentos da cidade de Marabá, Estado do Pará e no Registro de Títulos e Documentos da cidade de [São Paulo], Estado de São Paulo na forma e prazo previstos no Contrato de Cessão Fiduciária;
7. o Contrato de Alienação Fiduciária (abaixo definido) será registrado no Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e no Registro de Títulos e Documentos da cidade de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo, na forma e prazo previstos no Contrato de Alienação Fiduciária; e
8. a Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido) será averbada no Livro de Registro de Ações da Emissora, na forma e prazo previstos no Contrato de Alienação Fiduciária.
	* 1. A Emissora deverá (i) protocolar o Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Alienação Fiduciária e seus eventuais respectivos aditamentos para registro perante os Registros de Títulos e Documentos competentes no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados sua celebração; (ii) cumprir tempestivamente todas as eventuais exigências adicionais formuladas pelos Registros de Títulos e Documentos com a finalidade de obter o registro no prazo de até [20 (vinte)] dias contado da data do respectivo protocolo inicial, observado disposto na Cláusula 4.8.1; e (iii) encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original dos documentos devidamente registrados, no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contado da data dos respectivos registros.
		2. E Emissora deverá averbar a Alienação Fiduciária de Ações em seu Livro de Registro de Ações Nominativas no prazo de até 1 (um) Dia Útil contados da data da celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) cópia autenticada de seu Livro de Registro de Ações Nominativas, com a Alienação Fiduciária de Ações devidamente averbada, no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados de sua averbação.
	1. **Ausência de registro para distribuição, negociação e custódia eletrônica.**
		1. Ausência de registro para distribuição, negociação e custódia eletrônica. As debêntures objeto da presente Emissão não serão registradas para distribuição, negociação ou custódia eletrônica em qualquer mercado regulamentado de valores mobiliários.

* 1. **Notificação Tim.**
		1. Conforme estabelecido no Contrato de Cessão Fiduciária, a Emissora (a) notificará a Tim S.A., no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de celebração do Contrato de Cessão Fiduciária, acerca da Cessão Fiduciária; e (b) obterá, em até 20 (vinte) Dias Úteis contados da data de envio da notificação mencionada no item (a) desta Cláusula, a anuência da Tim S.A. para a Cessão Fiduciária, observado disposto na Cláusula 4.8.1.
	2. **Publicações.**
		1. A Emissora deverá publicar o ato de transformação datado de 26 de dezembro de 2019, devidamente registrado na JUCEPA sob o n.º 15300020221, em sessão de 06 de fevereiro de 2020, no Diário Oficial do Estado do Pará e no jornal “Amazônia”.
	3. **Parecer de Acesso.**
		1. A Emissora deverá protocolar junto à Equatorial o pedido de Parecer de Acesso da Usina em nome da Tim S.A.
	4. **Livros de Debêntures.**
		1. A Emissora deverá ter aberto o Livro de Registro de Debêntures da Primeira Emissão e o Livro de Transferência de Debêntures da Primeira Emissão.
	5. **Debêntures da Segunda Emissão de Debêntures.**

A Emissora deverá cumprir tempestivamente todos os requisitos e condições suspensivas estabelecidos no “*Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures, Conversíveis em Ações, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Privada da Pará I, Arrendamento de Sistemas Fotovoltaicos S.A.*” (“Escritura da 2.ª Emissão de Debêntures” e, as debêntures que vierem a ser emitidas em razão da Escritura da 2.ª Emissão de Debêntures, as “Debêntures da 2.ª Emissão”), bem como a Emissora enviar aos debenturistas das Debêntures da 2.ª Emissão, a comunicação de cumprimento de todos os registros, arquivamentos, publicações, notificações e demais medidas dispostas na cláusula 2 da Escritura da 2.ª Emissão de Debêntures, de forma a permitir que a primeira subscrição e integralização das Debêntures objeto da presente Escritura de Emissão ocorra na mesma data da ou em data posterior a subscrição e integralização das Debêntures da 2.ª Emissão.

1. **CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**
	1. **Objeto Social da Emissora**
		1. De acordo com seu estatuto social, a Emissora tem por objeto social: instalação e manutenção elétrica; (ii) aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; (iii) manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente; (iv) geração de energia elétrica; (v) serviços de engenharia; (vi) construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica; (vii) gestão e administração da propriedade imobiliária; e (viii) holdings de instituições não financeiras.
	2. **Número da Emissão**
		1. A presente Emissão constitui a 1.ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.
	3. **Valor Total da Emissão**
		1. O valor total da Emissão será de R$ [●] ([●]), na Data de Emissão (conforme abaixo definido).
	4. **Número de Séries**
		1. A Emissão será realizada em série única.
	5. **Garantias**
		1. *Garantias Reais*. Para assegurar o fiel e pontual pagamento do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, integral ou parcialmente, incluindo o respectivo Valor Nominal Unitário Atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso), a Remuneração e os Encargos Moratórios (conforme abaixo definidos), conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário na execução da Garantia (“Obrigações Garantidas”), as Debêntures contarão com as seguintes garantias reais:
2. Os Acionistas constituem, em favor dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, a alienação fiduciária em garantia (“Alienação Fiduciária”) de (i) 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Emissora, que totalizam, nesta data, [●] ([●]) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Emissora, todas subscritas e integralizadas pelos Acionistas (“Ações”); (ii) todas as ações adicionais de emissão da Emissora que venham a ser adquiridas pelos Acionistas a partir da presente data, seja a que título for (incluindo em virtude de subscrição, exercício de bônus de subscrição ou opção, compra, permuta, doação, capitalização de lucros ou reservas, bonificação ou qualquer outro modo), (iii) todas as ações derivadas das Ações ou de quaisquer ações adicionais ou que venham a substituí-las a qualquer título (incluindo em função de desdobramento, grupamento, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora ou as Ações ou outra operação) (as ações adicionais mencionadas nos itens (ii) e (iii) acima, “Ações Adicionais” e, em conjunto com as Ações, as “Ações Alienadas”), (iv) o direito de subscrição de ações de emissão da Emissora, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, bem como direitos de preferência e opções de titularidade dos Acinistas (“Outros Direitos”), e (v) todos os frutos, rendimentos, pagamentos, créditos e outros direitos econômicos e valores inerentes às Ações Alienadas e/ou aos Outros Direitos ou a eles atribuíveis, gerados, declarados, distribuídos, pagos ou creditados a partir da presente data (incluindo dividendos, juros sobre capital próprio e valores devidos por conta de redução de capital, amortização, resgate, reembolso ou outra operação) (“Direitos Econômicos” e, em conjunto com as Ações, as Ações Adicionais e os Outros Direitos, os “Direitos de Participação Alienados Fiduciariamente”), nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações celebrado entre os Acionistas e o Agente Fiduciário, com a interveniência anuência da Emissora, nesta data (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações”); e
3. a Emissora constitui, em favor dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, cessão fiduciária em garantia (“Cessão Fiduciária” e, em conjunto com a Alienação Fiduciária, as “Garantias Reais”) (i) da totalidade dos recebíveis da Emissora, presentes e/ou futuros, decorrentes do Contrato de Arrendamento de Imóvel e de Usina Geradora de Energia Elétrica mediante aproveitamento de potenciais de usina fotovoltaica celebrado entre Gensolaris e Tim S.A. em 21 de fevereiro de 2019, conforme aditado em [data] e cedido pela Gensolaris à Emissora em [data] (“Contrato de Arrendamento”), bem como de quaisquer aditivos e/ou instrumentos que venham a complementá-los e/ou substituí-los (“Recebíveis”); (ii) da totalidade dos direitos da Emissora, presentes e/ou futuros, relativos a todos e quaisquer valores mantidos a qualquer tempo ou depositados na conta corrente n.º [●], da agência [●], do banco [●], de titularidade da Emissora (“Conta Vinculada”) onde serão depositados os Recebíveis, bem como todos os créditos e/ou recursos recebidos, depositados ou mantidos na Conta Vinculada ou eventualmente em trânsito (inclusive enquanto pendentes em virtude do processo de compensação bancária), bem como todas as aplicações, investimentos, juros, proventos, ganhos ou outros rendimentos produzidos com tais créditos ou recursos (“Fundos da Conta Vinculada”); e (iii) todos os direitos creditórios contra o banco depositário em relação a tais Fundos da Conta Vinculada, independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária (“Direitos Cedidos” e, em conjunto com os Recebíveis e os Fundos da Conta Vinculada “Créditos Cedidos”), nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária e Vinculação de Recebíveis e Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças, celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciários nesta data (“Contrato de Cessão Fiduciária” e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária, os “Contratos de Garantia”);
	* + 1. O Agente Fiduciário deverá verificar a regularidade da constituição da Cessão Fiduciária, incluindo os devidos registros e averbações do Contrato de Cessão Fiduciária nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, nos termos previstos no referido Contrato de Cessão Fiduciária, e a comprovação da ciência, por parte do devedor dos Direitos Cedidos, para os fins previstos no artigo 290 do Código Civil, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.
			2. No exercício de seus direitos, o Agente Fiduciário poderá executar as Garantias Reais simultaneamente ou em qualquer ordem, sem que com isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até a quitação integral das Obrigações Garantidas.
			3. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial das Garantias Reais, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento das Obrigações Garantidas. Fica, desde já, certo e ajustado que a inobservância dos prazos para execução de qualquer das Garantias Reais não ensejará, sob nenhuma hipótese, a perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo qualquer das Garantias Reais ser excutida até a integral liquidação das Obrigações Garantidas.
			4. Todos e quaisquer pagamentos realizados por meio da execução de uma Garantia Real serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo o seu pagamento ser adicionado dos valores que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis.
			5. As Garantias Reais entrarão em vigor na data de celebração do respectivo instrumento e permanecerá válida e eficaz até o integral e efetivo cumprimento das Obrigações Garantidas.
		1. *Garantias Fidejussórias*. Para assegurar o fiel, pontual pagamento das Obrigações Garantidas, do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, adicionalmente às Garantias Reais, os Fiadores, neste ato, se obrigam, solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, como garantidores, principais pagadores e solidariamente (com a Emissora) responsáveis pela totalidade das Obrigações Garantidas (“Fiança” e, em conjunto com as Garantias Reais, as “Garantias”), renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 33, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil”), e dos artigos 130 e 794 da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015 (“Código de Processo Civil”).
			1. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial da Fiança, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento das Obrigações Garantidas. Fica, desde já, certo e ajustado que a inobservância dos prazos para execução de qualquer das Garantias não ensejará, sob nenhuma hipótese, a perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo qualquer das Garantias ser excutida até a integral liquidação das Obrigações Garantidas.
			2. No exercício de seus direitos, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas poderão executar a Fiança contra um ou mais Fiadores, simultaneamente ou em qualquer ordem, sem que com isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até a quitação integral das Obrigações Garantidas.
			3. Os Fiadores obrigam-se a, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, honrar a Fiança no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário informando a falta de pagamento de qualquer das Obrigações Garantidas pela Emissora, sendo certo que o pagamento realizado pelos Fiadores deverá ser efetuado fora do âmbito da B3.
			4. Todos e quaisquer pagamentos realizados por meio da execução de uma Fiança serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo o seu pagamento ser adicionado dos valores que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis.
			5. A Fiança outorgada pelos Acionistas entrará em vigor na data de celebração desta Escritura de Emissão e permanecerá válida e eficaz até o integral e efetivo cumprimento das Obrigações Garantidas. A Fiança outorgada pelos demais Fiadores entrará em vigor na data de celebração desta Escritura de Emissão e permanecerá válida até o recebimento, pela Emissora, da primeira remuneração decorrente do arrendamento objeto do Contrato de Arrendamento, exceto no caso de inadimplemento da Emissora no cumprimento qualquer de suas Obrigações Garantidas, hipótese em que a Fiança outorgada pelos Fiadores (excluindo-se a Fiança prestada pelos Acionistas) permanecerá válida e eficaz até o cumprimento de tal Obrigação Garantida inadimplida.
			6. Cada um dos Fiadores concorda e se obriga a, (a) somente após a integral liquidação das Obrigações Garantidas, exigir e/ou demandar a Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado em decorrência da Emissão; e (b) caso receba qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado em razão da Fiança antes da integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário em razão da Emissão, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, tal valor aos Debenturistas.
			7. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
			8. A Fiança outorgada pelos Fiadores permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e quaisquer outras modificações nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão.
			9. Na ocorrência de insolvência ou dissolução de qualquer dos Fiadores, a Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ocorrência de tal fato, bem como apresentar, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da notificação mencionada nesta cláusula, possíveis fiadores substitutos ou outras garantias que venham a substituir a Fiança prestada pelo Fiador insolvente ou dissolvido. Na hipótese de não aprovação da nova garantia pelos Debenturistas reunidos em assembleia, os Debenturistas poderão declarar o vencimento antecipado das Debêntures, sendo certo que a insolvência ou dissolução de qualquer dos Fiadores não ensejará na liberação dos demais quanto às garantias aqui prestadas.
			10. Eventual substituição de um Fiador será formalizada por meio da celebração de aditamento à presente Escritura de Emissão, o qual deverá observar todos os procedimentos de registro e entrega ao Agente Fiduciário descritos nesta Escritura de Emissão.
			11. Cada um dos Fiadores, individualmente nomeia, de forma irrevogável e irretratável, a Emissora como sua bastante procuradora para receber notificações e comunicações nos termos desta Escritura de Emissão. Fica desde já esclarecido que uma vez notificada/comunicada a Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, os Fiadores serão considerados como tendo sido notificados/comunicados nos termos desta Escritura de Emissão.
	1. **Destinação dos Recursos**

* + 1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio desta Emissão serão integralmente utilizados (a) [no pagamento e reembolso de custos e despesas da presente Emissão, incluindo, mas sem se limitar, o reembolso do pagamento de despesas comprovadamente realizadas pela Gensolaris em nome da Emissora, tais como honorários advocatícios, custos de arquivamento de atas em juntas comerciais, despesas com o registro de documentos em cartório, publicações, dentre outras relacionadas à Emissão;] e (b) na implementação, construção, operação e manutenção de usina geradora de energia elétrica mediante aproveitamento de potenciais de usina fotovoltaica (constituída de painéis fotovoltaicos e sistemas de eletrônica de potenciais necessários para conversão de energia em energia solar) (“Usina”), localizada na [incluir endereço do imóvel], na cidade de Marabá, Estado do Pará (“Imóvel”).
	1. **Colocação e Negociação**
		1. *Colocação*. As Debêntures serão objeto de distribuição privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e sem qualquer esforço de venda.
		2. Negociação. As debêntures não serão negociadas em nenhum mercado de valores mobiliários. As Debêntures somente poderão ser negociadas pelos Debenturistas, em caráter privado, fora do âmbito da B3, total ou parcialmente, mediante comunicação prévia à Emissora e ao Agente Fiduciário, observado que todos e quaisquer custos e despesas relacionados à transferência das Debêntures serão de responsabilidade dos Debenturistas adquirentes das Debêntures negociadas. Os Fiadores desde já anuem com tal possibilidade e declaram aceitar a negociação das Debêntures, não podendo os Fiadores se eximirem de qualquer obrigação assumida nesta Escritura de Emissão em decorrência de eventual negociação das Debêntures.
1. **CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS DEBÊNTURES**
	1. **Data de Emissão**
		1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será [data] (“Data de Emissão”).
	2. **Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade**
		1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. A titularidade das Debêntures será comprovada pelo registro no respectivo livro de registro de debêntures nominativas mantido na sede da Emissora.
	3. **Conversibilidade**
		1. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.
	4. **Espécie**
		1. As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia real e com garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58 da Lei das S.A.

* 1. **Prazo e Data de Vencimento**
		1. Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de [●] ([●]) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em [data] (“Data de Vencimento”).
	2. **Valor Nominal Unitário**
		1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ [●] ([●]), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

* 1. **Quantidade de Debêntures Emitidas**
		1. Serão emitidas [●] ([●]) Debêntures (“Debêntures”).
	2. **Preço de Subscrição e Forma de Integralização**
		1. A totalidade das Debêntures serão subscritas em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pelo Agente Fiduciário, de comunicação enviada pela Emissora informando e comprovando a consumação de todos os registros, arquivamentos, publicações, notificações e demais medidas dispostas na Cláusula 2 (exceto pelo registro das Aprovações Societárias e desta Escritura de Emissão nas Juntas Comerciais aplicáveis, que serão realizados em observância ao disposto na MP 931/2020, e do registro desta Escritura de Emissão perante os Registros de Títulos e Documentos competentes) (“Data de Subscrição”), mediante assinatura do boletim de subscrição e do registro da subscrição no Livro de Registro de Debêntures da Emissora, e integralizadas em moeda corrente nacional na forma e prazos dispostos nas Cláusulas 4.8.2 e 4.8.3.
			1. Caso as obrigações dispostas na Cláusula 2 (exceto pelo registro das Aprovações Societárias e desta Escritura de Emissão nas Juntas Comerciais aplicáveis e do registro desta Escritura de Emissão perante os Registros de Títulos e Documentos competentes) não sejam consumadas em até [30 (trinta)] dias contados da Data de Emissão, os Debenturistas ficarão desobrigados de subscrever e integralizar as Debêntures, ficando a Emissora responsável por tomar todas as medidas necessárias para cancelar a presente Emissão, às suas custas.
		2. Até o limite de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures serão integralizadas, em sua totalidade, em moeda corrente nacional, conforme quantidade de Debêntures estabelecida pela Emissora na comunicação disposta na Cláusula 4.8.1 (“Data da Primeira Integralização”), mediante depósito na Conta Vinculada, observado o disposto na Cláusula 4.8.4.
		3. O saldo das Debêntures não integralizados poderá ser integralizado, em até 2 (duas) parcelas adicionais, mediante solicitação da Emissora, na forma da Cláusula 4.8.3.1, sendo (a) até 50% (cinquenta por cento) do total de Debêntures objeto da presente Escritura de Emissão em até 150 (cento e cinquenta) dias contados da Data da Primeira Integralização; e (b) o saldo remanescente total das Debêntures objeto da presente Escritura de Emissão até 270 (duzentos e setenta) dias contados da Data da Primeira Integralização (“Data Limite de Integralização” e, cada data de integralização descrita nesta Cláusula, uma “Data de Integralização Adicional”), mediante depósito na Conta Vinculada,.
			1. No prazo de, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência a uma Data de Integralização Adicional, a Emissora enviará ao Agente Fiduciário solicitação nesse sentido, informando a quantidade de Debêntures que deverão ser integralizadas pelos Debenturistas. As Debêntures integralizadas em cada Data de Integralização Adicional serão integralizadas, em sua totalidade, em moeda corrente nacional, observado o disposto na Cláusula 4.8.4 .

* + 1. As integralizações dispostas nas Cláusulas 4.8.2 e 4.8.3 serão realizadas pelo Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a respectiva data de integralização, conforme a fórmula abaixo:

$$P\_{i}=VNA\_{i}×1,115^{dui/252}$$

Onde:

*i* = dia da integralização da Debênture, diferente do dia da Data de Emissão;

*Pi* = Valor a ser integralizado no dia *i*;

*VNAi* = o Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme Cláusula 4.9) no dia *i*;

*dui* = número de dias úteis contados entre a data de emissão e o dia *i*.

* + 1. A obrigação dos Debenturistas de integralizar as Debêntures na forma descrita nesta Cláusula 4.8 estará sujeita, ainda, à (a) subscrição e integralização das Debêntures da 2.ª Emissão; e (b) inexistência, na Data da Primeira Integralização ou em qualquer Data de Integralização Adicional, conforme o caso, de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido).
		2. A Emissora obriga-se a resgatar e cancelar, às suas custas, as Debêntures eventualmente não integralizadas até a Data Limite de Integralização, mediante aditamento ao presente instrumento.
	1. **Atualização Monetária das Debêntures**
		1. O Valor Nominal Unitário (ou o Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme aplicável) das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (“IPCA”), desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento (“Atualização Monetária”), sendo o produto da Atualização Monetária incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures (“Valor Nominal Unitário Atualizado”). A Atualização Monetária será calculada conforme a fórmula abaixo:

VNa = VNe x C

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:



onde:

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo “n” um número inteiro;

NIK = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, o “NIk” corresponderá ao valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NIK-1 = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;

dup = número de Dias Úteis entre a Data da Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do IPCA, sendo “dup” um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contados entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo “dut” um número inteiro.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo IBGE;

Considera-se “data de aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente;

Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures;

 dup

O fator resultante da expressão:  NIk  dut é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;NIk-1

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente, apropriando o “pro rata” do último Dia Útil anterior.

* + 1. Se, no momento do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, o IPCA não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, o percentual correspondente ao último IPCA divulgado oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.
			1. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 30 (trinta) dias contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação (“Período de Ausência do IPCA”) ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo seu substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do final do prazo de 30 (trinta) dias acima mencionado ou do evento de extinção ou inaplicabilidade, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das S.A. e nesta Escritura de Emissão para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época. (“Taxa Substitutiva”). Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a atualização monetária deverá obedecer ao disposto na Cláusula 4.9.3.
			2. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.
			3. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso), acrescido da Remuneração devida calculada *pro rata temporis* desde a Data da Emissão ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Para cálculo da Remuneração a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência do IPCA será utilizada o percentual correspondente ao último IPCA divulgado oficialmente.
	1. **Remuneração**

* + 1. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso) das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 11,5% (onze vírgula cinco por cento) ao ano base 252 Dias Úteis (“Remuneração”), incidentes desde a Data de Subscrição ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.
	1. **Carência, Capitalização e Pagamento da Remuneração**
		1. O pagamento da Remuneração contará com uma carência de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão (“Prazo de Carência”).
		2. Ao término do Prazo de Carência, a Remuneração apurada entre a Data de Emissão e o último dia do Prazo de Carência serão capitalizados e, consequentemente, acrescidos ao Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme a seguinte fórmula:

$$P\_{12}=VNA\_{12}×1,115$$

Onde:

*P12* = Valor do principal após a capitalização e atualização monetária dos 12 primeiros meses após a subscrição; e

*VNA12* = o Valor Nominal Unitário Atualizado no primeiro aniversário da emissão.

* + - 1. Para os fins de cálculo da Remuneração devida a partir da capitalização disposta nesta Cláusula 4.11.2, a definição de Valor Nominal Unitário Atualizado passará a considerar, adicionalmente à Atualização Monetária, a capitalização disposta nesta Cláusula 4.11.
		1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, Amortização ou Resgate Antecipado, nos termos dispostos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures será paga em parcelas mensais, a partir do 13.º (décimo terceiro mês) contados da Data de Emissão (ou seja, a partir do mês subsequente à capitalização disposta na Cláusula 4.11.2) , sendo o primeiro pagamento devido em [data], e os demais pagamentos devidos sempre no dia [data] de cada mês até a Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento da Remuneração”).
	1. **Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado**
		1. *Amortização Ordinária das Debêntures.* Sem prejuízo dos pagamentos devidos em decorrência da realização da Amortização Extraordinária Obrigatória, da Amortização Extraordinária Facultativa ou da liquidação antecipada das Debêntures em razão do Resgate Antecipado Facultativo ou do vencimento antecipado, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures será amortizado pela Emissora em parcelas [mensais] consecutivas, devidas sempre nos dias [●] [de [●]] de cada [mês], observado o prazo de carência de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em [data] e o último na Data de Vencimento, de acordo com a tabela abaixo (sendo a amortização objeto desta Cláusula a “Amortização Ordinária” e cada data programada para a realização de uma Amortização Ordinária, uma “Data de Amortização”).

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Parcela**  | **Data de Amortização das Debêntures**  | **Percentual do saldo do Valor** **Nominal Unitário Atualizado a ser Amortizado** |
| 1ª  | [●] | [●],0000%  |
| 2ª  | [●] | [●],0000%  |
| [●] | [●] | [●] |
| [●]  | [Data de Vencimento]  | 100% |

* + - 1. Cada Amortização Ordinária deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures.
		1. *Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures*. Sem prejuízo dos pagamentos devidos em decorrência da realização da Amortização Ordinária, da Amortização Extraordinária Facultativa ou da liquidação antecipada das Debêntures em razão do Resgate Antecipado Obrigatório, do Resgate Antecipado Facultativo ou do vencimento antecipado, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures será obrigatoriamente amortizado pela Emissora em parcelas mensais, a partir do primeiro mês em que a Emissora receber qualquer valor da Tim S.A. em decorrência do Contrato de Arrendamento, com vencimento em cada Data de Amortização, conforme descrito na tabela aposta na Cláusula 4.12.1 (“Amortização Extraordinária Obrigatória”). O recebimento, pela Emissora, de valores decorrentes do Contrato de Arrendamento será verificado por meio do balancete contábil da Emissora e pelo extrato da Conta Vinculada.
			1. O Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures a ser amortizado em cada Amortização Extraordinária Obrigatória será correspondente a 100% (cem por cento) do Fluxo de Caixa Excedente, calculado conforme a fórmula abaixo:

FCE = Lucro Líquido + Depreciação + Despesas Financeiras Líquidas – Serviço da Dívida

FCE = Fluxo de Caixa Excedente;

Lucro Líquido = significa o lucro líquido apurado e registrado na contabilidade da Emissora, conforme admitido na legislação fiscal e contábil vigente, no mês imediatamente anterior ao mês de pagamento de uma Amortização Extraordinária Obrigatória.

Depreciação = significa toda depreciação apurada e registrada na contabilidade da Emissora, conforme admitido na legislação fiscal e contábil vigente, no mês imediatamente anterior ao mês de pagamento de uma Amortização Extraordinária Obrigatória.

Despesas Financeiras Líquidas significa toda despesa financeira líquida (exceta pelas despesas financeiras líquidas decorrentes da Emissão) apurada e registrada na contabilidade da Emissora, conforme admitido na legislação fiscal e contábil vigente, no mês imediatamente anterior ao mês de pagamento de uma Amortização Extraordinária Obrigatória.

Serviço da Dívida = soma dos valores pagos e/ou que deveriam ser pagos pela Emissora aos Debenturistas no mês imediatamente anterior ao mês de pagamento de uma Amortização Extraordinária Obrigatória.

* + - 1. A Emissora obriga-se a comunicar o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data do evento, sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado que será amortizado em uma Amortização Extraordinária. A comunicação de que trata esta cláusula deverá conter todos os elementos necessários para a apuração e validação do valor da Amortização Extraordinária Obrigatória pelo Agente Fiduciário, incluindo (a) balancete contábil do mês anterior, (b) demonstrativo do resultado do exercício do mês anterior; (c), em documento apartado, memória de cálculo do valor apurado; e (d) demais informações e/ou documentos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário necessários à sua apuração e validação do valor da Amortização Extraordinária Obrigatória.
			2. Cada Amortização Extraordinária Obrigatória deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures.
		1. *Amortização Extraordinária Facultativa*.
			1. Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, desde que nenhum Evento de Vencimento Antecipado que não tenha sido sanado nos termos desta Escritura de Emissão tenha ocorrido ou esteja em curso e mediante publicação de anúncio, nos termos desta Escritura de Emissão (“Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa”), com envio da cópia da Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa para o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data do evento, realizar amortizações antecipadas sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário Atualizado (“Amortização Extraordinária Facultativa”), mediante o pagamento do somatório entre (a) saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser amortizado acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data da Primeira Subscrição, inclusive, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior ou da data da Amortização Extraordinária Facultativa imediatamente anterior, o que ocorreu por último, até a data do efetivo pagamento e (b) Remuneração e demais encargos que seriam devidos pela Emissora, relativamente ao saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, caso tal Amortização Extraordinária Facultativa não ocorresse, conforme calculado pelo Agente Fiduciário, entre a data de Amortização Extraordinária e a data de Vencimento, trazidos a valor presente na referida data de Amortização Extraordinária, tendo por base uma taxa de desconto equivalente a menor taxa entre: (i) yield da NTN-B 2028 acrescido de sobretaxa de 1,0% e (ii) 5,50% (“Valor Total da Amortização Extraordinária Facultativa”),
			2. A Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa deverá descrever os termos e condições da Amortização Extraordinária Facultativa, incluindo (a) a data da Amortização Extraordinária Facultativa (que deverá sempre coincidir com uma Data de Pagamento da Remuneração) e (b) o Valor Total da Amortização Extraordinária Facultativa.

* 1. **Resgate Antecipado**
		1. Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, desde que nenhum Evento de Vencimento Antecipado que não tenha sido sanado nos termos desta Escritura de Emissão tenha ocorrido ou esteja em curso e mediante publicação de anúncio, nos termos desta Escritura de Emissão (“Comunicação de Resgate Antecipado”), com envio da cópia da Comunicação de Resgate Antecipado para o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data do evento, realizar o resgate antecipado da totalidade, e somente da totalidade, das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”), mediante o pagamento do somatório entre (a) saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser amortizado acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data da Primeira Subscrição, inclusive, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior ou da data da Amortização Extraordinária Facultativa, o que ocorreu por último, até a data do efetivo pagamento e (b) Remuneração e demais encargos que seriam devidos pela Emissora, relativamente ao saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, caso tal Resgate Antecipado Facultativo não ocorresse, conforme calculado pelo Agente Fiduciário, entre a data de Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento, trazidos a valor presente na referida data de Resgate Antecipado Facultativo, tendo por base uma taxa de desconto equivalente a menor taxa entre: (i) yield da NTN-B 2028 acrescido de sobretaxa de 1,0% e (ii) 5,50% (“Valor Total do Resgate Antecipado”).
			1. A Comunicação de Resgate Antecipado deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo (a) a data Resgate Antecipado (que deverá sempre coincidir com uma Data de Pagamento da Remuneração) e (b) o Valor Total do Resgate Antecipado.
		2. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula, serão obrigatoriamente canceladas.
			1. Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures.
	2. **Local de Pagamento**
		1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, inclusive em razão do vencimento antecipado, se e quando aplicável, serão efetuados pela Emissora diretamente ao respectivo Debenturista, fora do âmbito da B3.
	3. **Prorrogação dos Prazos**
		1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia que não seja um Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.
		2. Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se “Dia Útil” qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.
	4. **Direito ao Recebimento dos Pagamentos**
		1. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas em decorrência da presente Emissão os titulares das Debêntures aqueles que sejam Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
	5. **Encargos Moratórios**
		1. Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas em decorrência da Emissão, sem prejuízo do pagamento da Remuneração, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento (“Encargos Moratórios”).
	6. **Decadência dos Direitos aos Acréscimos**
		1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.15, a falta de comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo ou valor adicional no período relativo ao atraso no recebimento, inclusive Atualização Monetária, Remuneração e Encargos Moratórios, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento.
	7. **Repactuação Programada**
		1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.
	8. **Publicidade**
		1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no Diário Oficial do Estado do Pará e no jornal Amazônia (“Aviso aos Debenturistas”), sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo para divulgação de suas informações.

* 1. **Imunidade Tributária**
		1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
1. **VENCIMENTO ANTECIPADO**

* 1. **Vencimento Antecipado**
		1. Observado o disposto na Cláusula 5.1.2, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir, o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Subscrição, ou da última data de pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência das seguintes hipóteses (cada uma, um “Evento de Vencimento Antecipado”):
			1. Constituem Eventos de Vencimento Antecipado que acarretam o vencimento automático e imediato das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, independentemente de qualquer aviso ou comunicação à Emissora e/ou aos Acionistas:
1. inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures, não sanadas no prazo de 1 (dia) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;

1. falta de registro das Aprovações Societárias e desta Escritura de Emissão nas Juntas Comerciais aplicáveis, nos prazos estabelecidos pela MP 931/2020;
2. (i) falta de protocolo da Escritura de Emissão para registro perante os Registros de Títulos e Documentos competentes no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do registro da Escritura de Emissão na JUCEPA; ou (ii) falta de registro da Escritura de Emissão nos Registros de Títulos e Documentos competentes no prazo de até [20 (vinte)] dias contado da data do respectivo protocolo inicial;
3. vencimento antecipado de obrigação pecuniária da Emissora contraída no âmbito do mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, em valor igual ou superior a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) consideradas individualmente ou em conjunto de operações;
4. decretação de falência da Emissora ou de qualquer Acionista; (b) pedido de autofalência pela Emissora ou por qualquer Acionista; (c) pedido de falência da Emissora ou de qualquer Acionista formulado por terceiros não elidido dentro do prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora ou de qualquer Acionista; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora ou de qualquer Acionista;
5. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou por qualquer dos Fiadores, conforme o caso, de qualquer de suas obrigações decorrentes da Emissão;
6. trânsito em julgado de decisão judicial condenando a Emissora ou qualquer dos Fiadores, por danos ou crimes relacionados ao meio ambiente, utilização de trabalho infantil ou análogo a escravo ou proveito criminoso de prostituição;
7. não cumprimento, pela Emissora ou por qualquer dos Fiadores, de qualquer decisão administrativa ou arbitral definitiva ou sentença judicial com exigibilidade imediata e não sujeita a efeito suspensivo;
8. ocorrência de arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra constrição ou oneração judicial sobre os bens e/ou direitos da Emissora e/ou dos Fiadores que envolvam valores superiores a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) ou de quaisquer bens e/ou direitos, independentemente do valor, que, de qualquer forma, prejudiquem ou limitem a operação da Usina;
9. utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão com finalidade diversa daquela estabelecida nesta Escritura de Emissão;
10. alteração do objeto social da Emissora, conforme descrito na Cláusula 3.1.1 desta Escritura de Emissão, que implique na mudança da atividade preponderante da Emissora ou inclua atividade relevante que esteja fora dos segmentos de mercado correspondentes às atividades atualmente desenvolvidas pela Emissora;
11. transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;
12. cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora, exceto pela transferência de ações detidas pela MES Energia para a Gensolaris, o que fica desde já autorizado;
13. alteração do controle direto ou indireto da Emissora, entendendo-se por controle o estabelecido no artigo 116 da Lei das S.A., exceto se decorrente da conversão das Debêntures da 2.ª Emissão, nos termos estabelecidos na Escritura da 2.ª Emissão de Debêntures;
14. distribuição e/ou pagamento (inclusive por meio de antecipação) pela Emissora de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emissora, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das S.A.;
15. redução de capital social da Emissora ou de qualquer Acionista, exceto para fins de absorção de prejuízos acumulados; ou
16. término ou rescisão, por qualquer motivo, do Contrato de Arrendamento.
	* + 1. Constituem Eventos de Vencimento Antecipado que acarretam o vencimento não automático das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão:
17. descumprimento, pela Emissora e/ou por qualquer Fiador, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, que possa resultar em um Efeito Adverso Relevante (abaixo definido) e que não seja devidamente sanado no respectivo prazo de cura específico previsto nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme o caso, ou, se não houver prazo de cura específico, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data do recebimento, pela Emissora, de comunicado do respectivo descumprimento;
18. vencimento antecipado de obrigação pecuniária dos Acionistas contraída no âmbito do mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, independentemente do valor inadimplido;
19. protesto(s) de títulos contra a Emissora e/ou quaisquer dos Acionistas, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 10% (dez por cento) da soma do Valor Nominal Unitário Atualizado de todas as Debêntures em circulação, ou seu valor equivalente em outras moedas (sendo tal valor considerado individualmente para a Emissora e para cada uma das Acionistas), salvo se, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da ciência do(s) referido(s) protesto(s), tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) os valores objeto do(s) protesto(s) foi(ram) devidamente pago(s); (b) forem prestadas e aceitas garantias em juízo; ou ainda (c) o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s);
20. com relação às Garantias Reais, ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 ou 1.425 do Código Civil, desde que a Emissora não realize o efetivo reforço ou substituição da respectiva Garantia Real, por outra garantia de valor igual ou superior, nos termos e prazos especificados no respectivo Contrato de Garantia;
21. contratação, pela Emissora, de empréstimos, mútuos, financiamentos ou operações de dívida com qualquer terceiro, inclusive com os Fiadores ou no âmbito do mercado financeiro ou mercado de capitais, exceto pelas Debêntures da 2.ª Emissão;
22. venda, cessão, promessa de venda ou cessão, ou qualquer forma de alienação ou transferência de parte ou totalidade dos ativos imobilizados ou intangíveis da Emissora;
23. aquisição, pela Emissora de participação societária em outras sociedades;
24. constituição de qualquer ônus e gravames de qualquer origem, seja contratual ou judicial, inclusive direitos reais de garantia (penhor, hipoteca e anticrese), alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, foro, pensão, fideicomisso, penhoras, arrestos, arrolamentos, liminares ou antecipações de tutela, privilégios ou encargos de terceiros e, no caso de quotas, ações ou outros valores mobiliários (“Ônus”) sobre ativo(s) da Emissora;
25. falta de renovação ou de obtenção, bem como o cancelamento, revogação, cassação ou suspensão das licenças ambientais exigidas pela legislação e regulamentação aplicável, que sejam necessárias para a construção, operação e manutenção da Usina;
26. existência investigação formal e/ou instauração de processo investigatório de qualquer natureza - administrativo ou judicial -, por violação, pela Emissora e/ou por qualquer dos Fiadores, de qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento contra a prática de atos de corrupção, lavagem de dinheiro ou atos lesivos à administração pública, incluindo a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 (em conjunto, "Leis Anticorrupção");
27. questionamento judicial formulado pela Emissora ou por qualquer dos Fiadores, quanto à validade, eficácia e/ou exequibilidade desta Escritura de Emissão ou de qualquer das Garantias;
28. decretação de invalidade, nulidade, ineficácia ou inexequibilidade de qualquer disposição desta Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia que possa resultar em um Efeito Adverso Relevante e que não seja sanado no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis;
29. falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer decisão arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado que resulte em um Efeito Adverso Relevante;
30. comprovarem-se falsas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou por quaisquer dos Fiadores nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia que resulte ou possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;
31. concessão, pela Emissora de empréstimos ou financiamentos para qualquer terceiro, incluindo por meio de subscrição ou aquisição de títulos de crédito ou valores mobiliários de emissão de terceiros;
32. outorga, pela Emissora, de qualquer garantia, real ou fidejussória, incluindo fianças e avais, para garantia de obrigação de terceiros ou assunção, pela Emissora, de obrigação de indenizar ou a prática, pela Emissora, de quaisquer atos que desobriguem terceiros de suas obrigações perante a Emissora; ou
33. ocorrência de um Efeito Adverso Relevante.

* + 1. Ocorrendo qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado dispostos na Cláusula 5.1.1.1, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Sem prejuízo do vencimento automático, o Agente Fiduciário, assim que ciente, enviará à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.
		2. Ocorrendo qualquer dos Eventos de Vencimentos Antecipado dispostos na Cláusula 5.1.1.2, o Agente Fiduciário deverá, convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar nos prazos e demais condições descritas nesta Escritura de Emissão, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
		3. Caso, na assembleia geral de Debenturistas acima referida, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures.
		4. Em caso do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora, obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário Atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Subscrição ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que a Emissora for comunicada da declaração de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.
1. **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

* 1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e na legislação e regulamentação aplicável, enquanto o saldo do Valor Nominal Unitário não for integralmente quitado, a Emissora obriga-se a:
		+ 1. encaminhar ao Agente Fiduciário:
				1. em até 10 (dez) dias contados do término do prazo de, no máximo, 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício social, ou em até 10 (dez) dias contados das respectivas datas de divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes registrados na CVM;
				2. em até 30 (trinta) dias contados do término de cada trimestre, apresentar (i) demonstrações financeiras trimestrais, elaboradas de acordo com as regras contábeis aplicáveis, (ii) declaração da Emissora, representada na forma de seu estatuto social, atestando (ii.1) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão; (ii.2) a inexistência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado; (ii.3) que não foram praticados atos em desacordo com seu estatuto social; e (ii.4) que mantém contratado seguro adequado para os bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado;

* + - * 1. em até 30 (trinta) dias contados do término de cada mês, apresentar o balancete contábil do mês anterior;
				2. no prazo de até 02 (dois) Dias Úteis contado da data de suas publicações, cópia dos Avisos aos Debenturistas;
				3. no prazo de até 02 (dois) Dias Úteis contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que possa resultar (i) na interdição, suspensão, proibição, impedimento ou incapacidade para a Emissora operar ou desenvolver as suas atividades no curso normal dos negócios; ou (ii)  em um prejuízo financeiro ou contábil para a Emissora, em valor igual ou superior a 20% (vinte por cento) da soma do Valor Nominal Unitário Atualizado de todas as Debêntures em circulação (“Efeito Adverso Relevante”);
				4. no prazo de até 02 (dois) Dias Úteis contado da data de ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
				5. no prazo de até 02 (dois) Dias Úteis contado da data de recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Vencimento Antecipado;
				6. no prazo de até 30 (trinta) dias de antecedência da data do encerramento do prazo para disponibilização do relatório anual pelo Agente Fiduciário, nos termos da Instrução CVM nº 583, de 20 de dezembro de 2016 (“Instrução CVM 583”), todos os dados financeiros, organograma do grupo societário da Emissora (o qual deverá conter, inclusive, o apontamento das sociedades controladoras, coligadas, controladas e sob controle comum da Emissora, bem como as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento do respectivo exercício social) e cópia de atos societários necessários à realização do referido relatório, que venham a ser razoavelmente solicitados pelo Agente Fiduciário para este fim; e
				7. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de ocorrência, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
			1. contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, incluindo o Agente Fiduciário;
			2. arcar com todos os custos decorrentes da Emissão;
			3. não realizar operações fora de seu objeto social e/ou praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social, esta Escritura de Emissão e/ou o Contrato de Cessão Fiduciária;
			4. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos na República Federativa do Brasil;
			5. cumprir todas as leis, regras, regulamentos e normas administrativas em vigor, e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à Emissão, às Debêntures, bem como à condução de seus negócios e à localidade de seus bens e/ou ativos;
			6. cumprir, e fazer com que seus respectivos diretores, membros de conselho de administração e/ou do conselho fiscal, se e conforme aplicáveis, e empregados (“Representantes”) cumpram, as Leis Anticorrupção, devendo (a) manter políticas e procedimentos internos, nos termos do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, que assegurem integral cumprimento das Leis Anticorrupção; (b) abster-se de praticar atos em desacordo com as Leis Anticorrupção, no interesse ou para benefício, exclusivo ou não, da Emissora; (c) adotar as diligências apropriadas para contratação, supervisão e monitoramento, conforme o caso e quando necessário, de terceiros, tais como fornecedores e prestadores de serviço, de forma a instruir que estes não pratiquem qualquer conduta relacionada à violação das Leis Anticorrupção;
			7. cumprir a legislação trabalhista relacionada à mão de obra infantil e/ou em condições análogas às de escravo, procedendo todas as diligências exigidas por lei para suas atividades econômicas, adotando as medidas e ações, preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos aos trabalhadores eventualmente causados pela e/ou de responsabilidade da Emissora (“Leis Sociais”);
			8. cumprir a legislação ambiental em vigor, inclusive legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas aplicáveis, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais eventualmente causados pela e/ou de responsabilidade da Emissora (“Leis Ambientais”);
			9. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, (inclusive ambientais) aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas que estejam em processo tempestivo de obtenção ou renovação;
			10. manter em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
			11. realizar o recolhimento de todos os tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Emissora;
			12. convocar, no prazo de até 02 (dois) Dias Úteis contado da data em que o Agente Fiduciário deveria fazê-lo, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre as matérias previstas nesta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;
			13. notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;
			14. comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
			15. sem prejuízo das demais obrigações previstas acima, cumprir com toda a legislação aplicável à Emissão, inclusive decorrentes da Lei das S.A.,;
			16. preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das S.A. e com as regras emitidas pela CVM; e
			17. submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM; e
			18. em até 10 (dez) dias contados do término do prazo de, no máximo, 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício social, ou em até 10 (dez) dias contados das respectivas datas de divulgação, o que ocorrer primeiro, divulgar na página da Gensolaris na Internet ([www.grupoenergia.com.br](http://www.grupoenergia.com.br)) as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes.
1. **AGENTE FIDUCIÁRIO**

* 1. **Nomeação**
		1. A Emissora constitui e nomeia a [Agente Fiduciário], qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.
	2. **Declaração**
		1. O Agente Fiduciário, neste ato, sob as penas da lei, declara que:
1. não tem qualquer impedimento legal para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das S.A.;
2. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 6º da Instrução CVM 583;
3. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções, além daquelas previstas no artigo 6º da Instrução CVM 583;
4. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
5. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todas as suas cláusulas e condições;
6. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
7. está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
8. esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
9. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
10. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
11. seu(s) representante(s) legal(is) que assina(m) esta Escritura de Emissão tem poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor; e
12. com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto no inciso I, artigo 6º da Instrução CVM 583, atua como agente fiduciário nas emissões de valores mobiliários da Emissora, ou de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo econômico da Emissora.
	* 1. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme disposto na Cláusula 7.3.
	1. **Substituição**
		1. Nas hipóteses de impedimento, renúncia, intervenção, ou liquidação extrajudicial, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias do evento que a determinar, deverá ser realizada Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuá-la. A CVM poderá, em casos excepcionais, nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário ou proceder à convocação da Assembleia Geral de Debenturistas para escolha do novo agente fiduciário.
		2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para deliberar sobre sua substituição.
		3. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido livremente pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.
		4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCEPA.
		5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da legislação em vigor.
		6. O Agente Fiduciário, se substituído, sem qualquer custo adicional para a Emissora ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis antes de sua efetiva substituição, cópia digitalizada de todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário substituído ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.
	2. **Obrigações**
		1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e na legislação e regulamentação aplicável, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente quitado, o Agente Fiduciário obriga-se, ainda, a:
13. exercer suas atividades com boa-fé, transparência e lealdade para com os Debenturistas;
14. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
15. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar imediata convocação da Assembleia Geral de Debenturistas prevista no artigo 7º da Instrução CVM 583 para deliberar sobre sua substituição;
16. conservar em boa guarda toda a documentação relativa relacionados ao exercício de suas funções;
17. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações relativas às Garantias e a consistência das demais informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
18. diligenciar junto à Emissora para que a Escritura de Emissão, e seus respectivos aditamentos, sejam registrados nos órgãos competentes, adotando, no caso de omissão da Emissora, as medidas eventualmente previstas em lei;
19. acompanhar a prestação das informações periódicas pelas Emissora e alertar os Debenturistas, no relatório anual de que trata o artigo 15º da Instrução CVM 583, sobre inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
20. opinar sobre a suficiência das informações prestadas nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
21. verificar a regularidade da constituição das Garantias Reais, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade nos termos das disposições estabelecidas nesta Escritura de Emissão;
22. examinar proposta de substituição das Garantias, manifestando sua opinião a respeito do assunto de forma justificada;
23. intimar a Emissora a reforçar as Garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
24. solicitar às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, ou se assim solicitado pelos Debenturistas, certidões atualizadas da Receita Federal, do INSS, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública ou de qualquer outra certidão que, no entendimento do Agente Fiduciário ou dos Debenturistas sejam necessárias para o acompanhamento da situação fiscal da Emissora, de seu risco de crédito e/ou de sua imagem;
25. solicitar às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria externa na Emissora;
26. convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, na forma do artigo 10º da Instrução CVM 583;
27. comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
28. manter atualizada a relação dos Debenturistas e de seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;
29. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes nesta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigação de fazer e de não fazer;
30. comunicar os Debenturistas qualquer inadimplemento de qualquer obrigação assumida pela Emissora na presente Escritura de Emissão de que venha a tomar conhecimento, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, no prazo máximo de 7 (sete) Dias Úteis da data em que tomar ciência e, se for o caso, convocando e realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da presente Escritura de Emissão;
31. assegurar, nos termos do parágrafo 1° do artigo 6º da Instrução CVM 583, tratamento equitativo aos Debenturistas;
32. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea “b” da Lei das S.A., o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

1. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
2. alterações estatutárias ocorridas no período;

1. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

1. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

1. amortização do Valor Nominal Unitário, pagamento e repactuação, se o caso, da Remuneração realizada no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

1. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

1. relação dos bens e valores entregues à sua administração;
2. declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias constituídas no âmbito das Debêntures;

1. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

1. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
2. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 6º, §2º, e artigo 1º, XI, Anexo 15, da Instrução CVM 583.
3. divulgar em sua página na rede mundial de computadores ([●]), em até 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, o relatório anual de que trata o inciso “(xx)” acima;
4. no caso de inadimplemento da Emissora de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, sendo-lhe especialmente facultado (i) declarar, observadas as condições nesta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o seu principal e acessório; (ii) executar as Garantias, receber o produto da cobrança e aplicá-lo no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas; (iii) requerer a falência da Emissora, se não existirem garantias reais; (iv) representar os Debenturistas em processos de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral de Debenturistas; e (v) tomar qualquer providência necessária para que os Debenturistas realizem os seus créditos;
5. disponibilizar aos Debenturistas, em até 5 (cinco) Dias Úteis de seu recebimento, qualquer informação relacionada com a Emissão que venha a ser por ele solicitada e/ou recebida;
6. acompanhar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
7. disponibilizar o saldo do Valor Nominal Unitário e a Remuneração, calculados pela Emissora e validados pelo Agente Fiduciário de acordo com a metodologia desta Escritura de Emissão, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento ou de sua página na rede mundial de computadores;
8. responsabilizar-se integralmente pelos serviços prestados, nos termos da legislação vigente;
9. arcar com todas as despesas e encargos (incluindo cíveis, trabalhistas, previdenciários e/ou fiscais) decorrentes da prestação dos seus serviços; e
10. tomar todas as providências necessárias para exercício dos direitos e obrigações atribuídas no âmbito desta Escritura de Emissão.
	1. **Atribuições Específicas**
		1. Observadas as disposições desta Escritura de Emissão e qualquer medida prevista em lei, o Agente Fiduciário deverá usar de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais para proteger direitos ou defender os interesses dos titulares dos valores mobiliários.
		2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando deliberados previamente pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, devendo o Agente Fiduciário atuar estritamente da forma lá prevista.
		3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, a qual permanecerá sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.
		4. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que forem deliberadas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e nesta Escritura de Emissão e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas e/ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 583, conforme alterada, dos artigos aplicáveis da Lei das S.A., estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e da presente Escritura de Emissão.
	2. **Remuneração do Agente Fiduciário**
		1. [●]
	3. **Despesas**
		1. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas Garantias e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das Obrigações Garantidas. As eventuais despesas, depósitos, custas judiciais, sucumbências, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pela Emissora. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente ressarcidas pela Emissora;
		2. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.
11. **ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

* 1. **Assembleia Geral de Debenturistas.**
		1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das S.A., a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”).
		2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das S.A. sobre assembleia geral de acionistas.
	2. **Convocação e Instalação**
		1. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação.
		2. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 03 (três) vezes nos jornais indicados nesta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
		3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, em prazo mínimo de 08 (oito) dias contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo 05 (cinco) dias após a data da publicação do novo edital de convocação.
		4. Independentemente das formalidades de convocação previstas na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.
		5. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.
	3. **Mesa**
		1. A presidência e a secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão representantes eleitos pelos Debenturistas.
	4. **Quórum de Deliberação**
		1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, titulares de Debêntures ou não.
		2. Para efeito da constituição de todos os quóruns de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se, “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; (c) sociedades sobre controle comum; e (d) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes até o 2º (segundo) grau.
		3. Sem prejuízo dos quóruns específicos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e na legislação aplicável, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto quando de outra forma prevista na lei ou nesta Escritura de Emissão.
		4. Será obrigatória a presença de representante(s) legal(is) da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora. Nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença de representante(s) legal(is) da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.
		5. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
		6. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.
		7. As hipóteses de alteração (i) dos quóruns e disposições previstos nesta cláusula, (ii) da Remuneração, (iii) das Datas de Pagamento da Remuneração, (iv) da Data de Vencimento, (v) dos valores, montantes e Datas de Amortização; (vi) do Resgate Antecipado; (vii) dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (viii) dos Eventos de Inadimplemento; e (ix) modificação das garantias, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.
		8. As Assembleias Gerais de Debenturistas ficam desde já dispensadas de deliberar sobre: (i) a correção de erros materiais, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético, (ii) alterações a quaisquer documentos relativos à Emissão já expressamente permitidas nos termos do(s) respectivo(s) documentos, ou (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que as alterações ou correções referidas nos incisos “(i)”, “(ii)” e “(iii)” acima, não possam acarretar qualquer prejuízo aos Debenturistas ou qualquer alteração no fluxo das Debêntures, e desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.
1. **DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS FIADORES**
	1. **Declarações e Garantias da Emissora e dos Fiadores**. A Emissora e cada um dos Fiadores, neste ato, declara e garante ao Agente Fiduciário que, na data da assinatura desta Escritura:

1. exceto pelo Marcio, é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a CVM, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
2. é plenamente capaz para cumprir todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia;
3. obteve todas as licenças e autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, ambientais regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas e à realização da Emissão, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
4. os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora e de cada Fiador, conforme o caso, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
5. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora e de cada Fiador, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, incisos I e III, do Código de Processo Civil, conforme aplicável;
6. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e a realização da Emissão (a) não infringem o estatuto social ou contrato social, conforme o caos da Emissora e de cada Fiador; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora ou cada Fiador seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus respectivos bens e/ou ativos estejam sujeitos; (c) não resultarão em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento; ou (2) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo da Emissora; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que tais partes e/ou qualquer de seus bens e/ou ativos estejam sujeitos; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença, administrativa, judicial ou arbitral, que afete tais partes e/ou qualquer de seus bens e/ou ativos;
7. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
8. tem plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração do IPCA, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
9. os documentos e/ou informações prestadas e fornecidas pela Emissora e pelos Garantiores no âmbito da Emissão são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes, permitindo aos Investidores Profissionais uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão;
10. não omitiu qualquer fato e/ou informação que possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;
11. está em cumprimento, e faz com que seus Representantes estejam em cumprimento, das Leis Anticorrupção, fazendo com que tais pessoas (a) mantenham políticas e procedimentos internos, nos termos do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, que assegurem integral cumprimento das Leis Anticorrupção; (b) abstenham-se de praticar atos em desacordo com as Leis Anticorrupção, no interesse ou para benefício, exclusivo ou não, da Emissora; e (c) adotem as diligências apropriadas para contratação, supervisão e monitoramento, conforme o caso e quando necessário, de terceiros, tais como fornecedores e prestadores de serviço, de forma a instruir que estes não pratiquem qualquer conduta relacionada à violação das Leis Anticorrupção;
12. inexiste violação ou indício de violação, investigação formal e/ou instauração de processo investigatório de qualquer natureza – administrativo ou judicial –, por violação de qualquer dispositivo de qualquer das Leis Anticorrupção. Adicionalmente a Emissora e os Fiadores não têm conhecimento de violação ou indício de violação às Leis Anticorrupção por qualquer de seus Representantes;
13. está em cumprimento com as Leis Sociais;
14. está em cumprimento com as Leis Ambientais;
15. possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás (inclusive ambientais), aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas que estejam em processo tempestivo de obtenção ou renovação;
16. mantém em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
17. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão;
18. está cumprindo todas as leis, regras, regulamentos, normas administrativas em vigor, e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e à localidade de seus bens e/ou ativos, exceto por aqueles questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, desde que tal questionamento tenha efeito suspensivo, se aplicável;
19. inexiste descumprimento de qualquer disposição contratual ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral, que possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;
20. inexiste qualquer ação, processo e/ou procedimento judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou outro procedimento de investigação governamental (a) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão e/ou as Garantias; ou (b) que possa resultar em um Efeito Adverso Relevante; e
21. está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, desde que tal questionamento tenha efeito suspensivo, se aplicável.
	* 1. A Emissora declara, ainda, (i) não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer plenamente, suas funções conforme descritas nesta Escritura de Emissão e na Instrução CVM 583; e (ii) que cumprirá todas as determinações do Agente Fiduciário vinculadas ao cumprimento das disposições previstas na Instrução CVM 583.
		2. A Emissora, de forma irrevogável e irretratável, obriga-se a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção de qualquer das declarações e garantias prestadas nesta Escritura de Emissão.
		3. A Emissora obriga-se a notificar o Agente Fiduciário, em até 02 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento, caso qualquer das declarações e garantias prestadas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária e/ou em qualquer documento relativo à Emissão seja falsa ou enganosa, ou ainda, incorreta, incompleta ou inconsistente, na data em que foi prestada.
22. **DISPOSIÇÕES GERAIS**
	1. **Comunicações**
		1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora e/ou para os Fiadores:**

PARÁ I ARRENDAMENTO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS S.A.

[endereço]

At.: Sr(a). [●]

Tel.: [●]

E-mail: [●]

**Para o Agente Fiduciário:**

**[●]**

**[●]**

[endereço]

At.: Sr(a). [●]

Tel.: [●]

E-mail: [●]

* + 1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A mudança de qualquer dos endereços deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado. Eventuais prejuízos decorrentes da não comunicação quanto à alteração de endereço serão arcados pela Parte inadimplente, exceto se de outra forma previsto nesta Escritura de Emissão.
		2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba à Emissora, ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas Partes nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
		3. Todas e quaisquer despesas incorridas com a Emissão, a formalização das Garantias, e/ou com a execução de valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, incluindo publicações, inscrições, registros, averbações, contratação do Agente Fiduciário e dos prestadores de serviços, bem como quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão.
		4. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e III do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.
		5. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser formalizados por escrito, com assinatura da Emissora, do Agente Fiduciário e dos Garantidores, arquivados na JUCEPA, nos termos da Cláusula 2.
	1. **Outras Disposições**
		1. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título.
		2. Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.
		3. A Emissora desde já garante ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, que as obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da presente Escritura de Emissão serão assumidas pela sociedade que a suceder a qualquer título.
		4. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
		5. As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.
		6. Os prazos estabelecidos nesta Escritura de Emissão serão computados de acordo com o disposto no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia de início e incluído o do vencimento.
		7. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
	2. **Lei Aplicável**
		1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.
	3. **Foro**
		1. As Partes elegem o foro da Comarca da capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado, como competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

[Local e data].